

# Primeiro passo da longa caminhada

Nenhuma economia pode crescer, de forma sustentável, com a dívida pública aumentando mais velozmente que a produção interna e a receita do governo. Eliminar esse obstáculo é um dos objetivos centrais do ajuste fiscal. Seria preciso realizar essa tarefa mesmo que não tivessem acontecido a crise asiática, a moratória russa e a negociação com o FMI. E o atual governo vinha tentando realizá-la, desde os primeiros momentos de seu mandato, quando lançou o programa de reformas constitucionais. Em ritmo, como definiu o ministro Pedro Malan, gradualista, que persistiu até mesmo depois da crise de outubro do ano passado. Agora, depois da moratória russa e do "credit crunch" internacional, acabou o tempo do gradualismo. Muitos críticos da política de ajuste, inclusive alguns aliados do governo, parecem haver esquecido esse ponto – ou talvez nem o tenham entendido. Os juros são desastrosamente altos, hoje, e é preciso baixá-los com urgência, mas já eram muito elevados, de qualquer forma, antes das grandes turbulências no mercado externo. Muitos parecem haver esquecido esse dado. E por que eram altos esses juros?

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, tentou discurrir esse ponto, quando apresentou o programa de ajuste no último dia 28, mas quem, então, estava interessado em questões de longo alcance? Mas valeria a pena ter prestado atenção às palavras do mi-

nistro. A evolução e as características da dívida pública, disse Malan, são o "reflexo mais contundente" do problema fiscal brasileiro. Não do problema de hoje, ou do ano passado, mas de um desequilíbrio criado há muito tempo e agravado nos anos 90. Com a política de estabilização monetária, a partir de 94, desajustes profundos se tornaram mais visíveis do que nunca. Nos anos 80 e em parte dos 90, o País precisou de enormes superávits comerciais para pagar os juros da dívida externa. Para neutralizar o efeito monetário interno dessa acumulação, o governo se endividou, emitindo papéis no mercado interno. Até surgir o real, a inflação elevada permitia disfarçar o rombo das contas públicas. A receita era indexada quase perfeitamente, mas a despesa era sujeita à corrosão inflacionária. O atraso em qualquer pagamento permitia reduzir a despesa real.

Com a inflação derrubada, essa mágica se tornou impraticável e o déficit ficou visível a olho nu. Dois outros fatores contribuíram para complicar o quadro. Primeiro, Estados e municípios continuaram a viver sem controle financeiro até 1995, pelo menos, quando se conseguiu impor alguma disciplina. O governo federal se responsabilizou, já em 1994, por boa parte dos débitos de Estados e muni-



cípios, conseguindo reduzir o custo de sua rolagem. Sem isso, muitos deles se teriam tornado totalmente insolventes. Mas, nessa altura, governadores e prefeitos já haviam contribuído para engordar a dívida do setor público. Depois, houve a explicitação dos "esqueletos": velhas contas foram trazidas à luz e incorporadas oficialmente nos balanços públicos. Essa operação de explicitar esqueletos, aliás, ainda não está terminada.

A maior parte desses compromissos é de curto prazo. Era preciso rolar duas ou três vezes por ano grande parte dos papéis. Seria, nessas condições, impossível manter juros baixos na economia brasileira. Havia-se popularizado, nos anos 80, a expressão "crowding out", para designar o efeito causado pela presença do governo como grande tomador de recursos. Quando o governo recorre a grandes volumes de empréstimo, os demais tomadores são expulsos do mercado. É como se um sujeito muito gordo forçasse a entrada num elevador. Aquela expressão saiu de moda, mas o "crowding out" continuou, porque o desajuste fiscal permaneceu e alguns de seus componentes, como os custos da previdência do setor público e o déficit do INSS, aumentaram velozmente.

Com a crise externa, o governo elevou os juros, em duas ocasiões, para tentar deter a perda de reservas. O custo do crédito se tornou insuportável, tanto para o setor privado quanto para o Tesouro. O primeiro passo, portanto, é criar condições para baixar os juros ao nível de antes da crise. O objetivo, claramente, é conseguir, em dois ou três anos, taxas bem menores que as anteriores ao abalo financeiro. Aí, sim, será possível pensar em custos de fi-

**Sem o acerto das contas públicas, não haverá como baixar os juros a níveis civilizados e suportáveis**

nanciamento compatíveis com a concorrência mundial, tanto para a agricultura quanto para as atividades urbanas. A condição para isso, porém, é uma ampla arrumação fiscal, com objetivo muito

mais amplo do que atravessar as dificuldades previstas para o próximo ano. Trata-se de política de longo prazo. Pode-se considerar a aprovação da amputada reforma da Previdência como o primeiro passo da longa caminhada. Criar obstáculos ao avanço do ajuste é muito mais do que rejeitar um programa supostamente inspirado pelo FMI: é negar ao País uma condição indispensável a qualquer política realista de crescimento.